

1 – Introdução

O estado do Espírito Santo apresentou historicamente características peculiares no contexto da Região Sudeste, especialmente no que concerne a sua formação sócio-econômica e a sua configuração política. Contemporaneamente, as mudanças em curso na sociedade e na economia capixaba vêm acompanhando os fluxos e as tendências oriundas dos efeitos mais gerais de globalização¹, em que as interações transnacionais vão se intensificando de forma contundente e acelerando a substituição de formas pretéritas de produção e de consumo por modos internacionalizados de organização do capital e do trabalho.

Historicamente, a especificidade do Espírito Santo frente a este fenômeno foi a velocidade com que as transformações econômicas acima mencionadas ocorreram. Enquanto os países desenvolvidos do mundo levaram cerca de um século neste processo e o Brasil, sobretudo a região centro-sul, precisou de cerca de 50 anos, o Espírito Santo transformou sua base agrária primário-exportadora e industrializou sua economia em menos de 20 anos, isto é, entre meados de 1960 a 1980 (ZORZAL E SILVA, 1998).

Nesse contexto de transformações tão aceleradas, o processo de crescimento populacional e de urbanização acompanhou o ritmo vertiginoso: se em 1960 a população capixaba correspondia a 1.418.000 habitantes, com 71,5% vivendo no campo, em 1990, já éramos 2.606.000 habitantes, dos quais apenas 22,1% não haviam migrado para as cidades (*Ibidem*).

Tal velocidade trouxe conseqüências semelhantes às observadas em nível nacional e também entre os países de industrialização tardia. O crescimento demográfico em projeção geométrica e a precariedade das condições de renda da população redundaram em uma intensa e desordenada formação de

¹ O processo de internacionalização da economia, iniciado em fins do século XIX e intensificado após a Segunda Guerra, ampliou não só a área de alcance das grandes corporações, mas o próprio processo de produção e acumulação capitalista. Tais mudanças e ampliações redundaram em uma nova divisão internacional do trabalho, comandada pelas novas tecnologias, pelo sistema financeiro, pelas condições colocadas na oferta de mão de obra, etc., bem como em novas formas de interdependência entre Estado e sociedade (ZORZAL E SILVA, 1998). Sobre os processos de globalização ver também: SANTOS, 2002 e BAUMANN, 1996.

assentamentos subnormais. Ou seja, no contexto marcado pela face excludente e segregacionista do modelo de desenvolvimento econômico, coube a população de menor renda encontrar formas mais acessíveis de moradia, como invasões e loteamentos clandestinos e irregulares, uma vez que o poder público e o mercado imobiliário não ofertavam habitação para esta faixa de renda. Inicia-se então “o contraponto entre duas cidades que passam a coexistir no mesmo espaço: a ‘cidade legal’ preconizada nos planos e projetos oficiais e a ‘cidade real’ que se espalha pelas áreas de mangue, sob as encostas dos morros e loteamentos clandestinos, ocupando áreas que deveriam estar destinadas à preservação ambiental e da paisagem” (OLIVEIRA, 1996, p. 59).

As carências em relação à infra-estrutura e serviços eram de tal ordem que os moradores desses espaços segregados, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, e ONG’s, uniram-se em associações e centros comunitários, formando amplos movimentos sociais para reivindicar melhorias junto ao poder público municipal e estadual, especialmente água, esgoto, iluminação, escadarias, escolas, transportes, etc. Estes movimentos encontraram maior espaço de ação e luta a partir dos anos oitenta com a redemocratização da sociedade brasileira (DOIMO, 1984, 1994, 1995; DOIMO & BANCK, 1989; HERKENHOFF, 1995).

É considerando este referencial histórico que se propõe analisar a relação entre sociedade civil e sociedade política no estado do Espírito Santo, cujo padrão de interação é marcado por descompassos. Com o retorno à normatividade da ordem democrática, a partir dos anos 80, os reflexos dessas dissintonias vieram à tona e se explicitaram de forma contundente na arena política. No primeiro momento, na forma de movimentos sociais reivindicativos, sobretudo nos anos 80, expressando as grandes carências de atendimento às demandas sociais geradas pelo modelo desenvolvimentista²; e no segundo, na

² *Grosso modo*, trata-se do ideário político de desenvolvimento econômico, presente no Brasil entre 1930 e 1980, que se caracterizou pelo intervencionismo estatal na consecução dos interesses apresentados como nacionais – entre eles, o principal seria a industrialização do país a partir de instituições *públicas* (isto é, *estatais*) criadas para tal fim. Uma das idéias-força do modelo desenvolvimentista era a crença de que a ação do Estado, ao ser pautada por critérios de racionalidade técnica, tornar-se-ia autônoma em relação aos diferentes interesses

forma de crise de governo e de representatividade, especialmente nos anos 90, cuja década esteve pontuada por crises que refletiram o descaso ético e moral das elites políticas capixabas no trato da *coisa pública*.

O principal fator dessa crise esteve no descompasso entre mudanças nas esferas social e política, por um lado, e na esfera econômica por outro. Ou seja, enquanto nesta verificava-se um processo de modernização acelerado que inseria a economia estadual nos circuitos internacionalizados, colocando-a no *ranking* daqueles estados da Federação com os maiores índices de crescimento, nos âmbitos político e institucional verificava-se um processo de involução, no que respeita aos padrões de relações público-privado.

Pode-se dizer que as raízes dessa crise vinculam-se ao intenso processo de modernização capitalista que rompeu os laços de solidariedade política calcadas nos vínculos tradicionais das relações familísticas (COLBARI, 1997, 1998), mas também refletem a crise de representatividade das democracias contemporâneas. Em outras palavras, as características específicas do paradoxo capixaba economia desenvolvida vs. relações público-privadas arcaicas se somam à crise mais geral das formas tradicionais de representação política próprias da democracia representativa, quais sejam as intermediações realizadas pelas agremiações partidárias e pelos sindicatos. No Espírito Santo, uma das maiores manifestações da dita crise pode ser observada no desinteresse ou incapacidade de determinados grupos sociais em estruturarem-se como forças políticas capazes de organizar os interesses coletivos dispersos na sociedade e dar-lhes expressão institucional.

Em suma, a sociedade capixaba se defronta com desafios que, além dos traços característicos das sociedades complexas de que trata Melucci (1999), Sorj (2003), Dagnino *et al* (2006), também comporta traços de uma sociedade tradicional, onde predomina uma cultura política marcada por práticas tradicionais. Uma cultura política com baixa incorporação de princípios e propósitos fundados sob o *ethos* da normatividade democrática e do amplo debate na esfera pública visando à construção de consensos bem fundados e

particulares. Daí a centralização e autoritarismo com que foram implementados diversos projetos subnacionais de desenvolvimento (ZORZAL E SILVA, 2004).

estruturados a partir da lógica da autonomia dos sujeitos e da ação humana como dimensões fundamentais da política.

Considerando os traços característicos da democracia contemporânea e suas especificidades no âmbito da sociedade brasileira, o presente trabalho dá continuidade a uma linha de investigação e reflexão teórica sobre as configurações que as instituições e as práticas democráticas assumem no plano subnacional do Estado brasileiro. Desse ponto de vista analisa os principais traços identitários, objetivos, trajetórias políticas e estratégias de atuação que especificam instituições e organizações da sociedade civil capixaba, visando conhecer o papel destas organizações no processo de produção do poder político estadual. Com isso, buscou-se conhecer o potencial dessas instituições, movimentos e atores coletivos para produzir coalizões políticas, suas formas de configuração e suas práticas de representação política no cenário capixaba. A intenção é averiguar as possibilidades de ampliação da democracia e sua qualidade, tendo como eixo o pressuposto de que o exercício do poder político deve ser pautado na ética e responsabilidade pública e na capacidade para realizar ações que resultem na promoção do exercício da cidadania.

Para tanto, buscou-se examinar em caráter exploratório a atuação e o protagonismo de quinze³ instituições representativas da sociedade civil capixaba, considerando o seguinte recorte: a) ligadas ao mundo do trabalho: Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (SINTRACONST); Sindicato dos Trabalhadores Portuários (INTERSINDICAL); Sindicato dos Ferroviários (SINDFER); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (FETAES); b) ligadas ao mundo empresarial: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES); Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo (FAES); Espírito Santo em Ação; c) ligadas ao sistema partidário: Partido Democratas (DEM); Partido da Social Democracia Brasileira

³ Apesar de o projeto original prever o estudo de dezoito instituições, três delas não apresentaram, por motivos diversos, a disponibilidade necessária para a realização do trabalho de campo fundamental à pesquisa. Desta feita, não nos foi possível, como inicialmente previsto, investigar as características e atuação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - ES), da Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio - ES) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Leste II (CNBB - Seção ES).

(PSDB), Partido dos Trabalhadores (PT); d) Vinculadas aos Movimentos Sociais, Igrejas e ONG's: Conselho Popular de Vitória (CPV); Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (FAMOPES); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - Regional do ES (CONIC); Transparência Capixaba; e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Seção ES).

O presente texto exhibe, portanto, os primeiros resultados daquilo que o conjunto destas instituições, individualmente ou articuladas em redes ou em coalizões, tem produzido em termos de mudanças no cenário político estadual, a partir das inovações democráticas propiciadas pela Constituição de 1988. Mais precisamente, apresenta suas parcelas de contribuição para a construção da cultura política estadual, com ênfase para a produção de processos de governança democrática e participativa.

Com essa perspectiva, busca-se ampliar a análise das interfaces e das redes de conexões estabelecidas entre partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil. Acredita-se que tal foco poderá ajudar, por um lado, a distinguir analiticamente as várias dimensões do estudo da sociedade civil e, por outro, conhecer suas configurações, funções de representação, articulação entre si, presença ou não de *accountability* interna e sobre o poder público e suas burocracias. O mérito estaria na possibilidade de trazer conhecimentos empíricos que auxiliem futuras correntes intelectuais e políticas eventualmente preocupadas com o problema da democratização da sociedade civil e do Estado.

1.1 – Aspectos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, iniciada em 2008 e concluída no final de 2009. Os documentos analisados são os *sites* das instituições, estatutos, jornais, códigos de ética, acordos coletivos, relatórios de atividades, etc., confrontados com os dados extraídos das entrevistas realizadas entre setembro e novembro de 2008, e interpretados com base na revisão de literatura sobre o tema.

As entrevistas abertas foram realizadas com os cinco atores políticos considerados mais representativos em cada instituição, tanto por sua função, como pelo reconhecimento de sua importância por parte dos demais colegas de entidade. Optamos por este critério com o intuito de conhecer o discurso da instituição, e não apenas a opinião pessoal de seus membros. Desse modo, trabalhamos com o depoimento daquelas pessoas que podem falar *em nome da* organização, de maneira que o cruzamento das falas individuais pudesse oferecer um retrato o mais aproximado possível do projeto e das práticas políticas que movem todo o grupo.

O roteiro de entrevista buscou contemplar a visão dos sujeitos sobre a razão de ser da instituição (características que a especificam em relação às demais, objetivos, políticas e estratégias adotadas a partir de 1995⁴); os valores ético-políticos que norteiam a conduta de seus membros e que estejam em sintonia – ou não – com a normatividade democrática (circulação interna de informação, participação dos associados ou das bases sociais na formulação de políticas e estratégias, mecanismos internos de controle e sanção, concepções sobre corrupção e improbidade administrativa, etc.); e o quadro de instituições que poderiam eventualmente compor uma parceria ou articulação com a instituição, para a concretização de determinados fins.

Os dados das entrevistas foram organizados por meio do método de pesquisa qualitativa chamado *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), desenvolvido por Fernando e Ana Maria Lefèvre, no final dos anos 1990, descrito como uma “... estratégia metodológica para descrever o sentido dos discursos presentes em pesquisas de representação social...” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005: 25). Segundo os autores, este conceito está ligado à “expressão do que pensa ou acha determinada população sobre determinado tema” (*Ibidem*: 30).

⁴ Este recorte histórico justifica-se pela compreensão de que, a partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, houve a consolidação no Brasil do neoliberalismo enquanto opção político-econômica adotada, com suas diretrizes sendo implantadas de modo mais sistemático. A partir desta consideração, avaliamos em que medida houve ou não mudanças significativas no perfil, objetivos e estratégias empregadas pelas instituições pesquisadas e, se sim, em que sentido, a fim de avaliarmos os impactos deste fenômeno em terras capixabas.

Este método é composto basicamente por três elementos: Expressões-chave (ECH), Idéias Centrais (ICs) e Ancoragens⁵. O primeiro deles refere-se à edição feita pelo pesquisador sobre a fala do entrevistado, de modo a retirar dela as informações consideradas pouco relevantes para a pesquisa ou aqueles trechos que não respondem satisfatoriamente à pergunta feita. Já as ICs são o “título” do discurso, isto é, a descrição mais sucinta e objetiva possível do sentido do depoimento, sendo, portanto, o elemento que individualiza um discurso ou conjunto de discursos, conferindo-lhe especificidade semântica. Desta feita, uma expressão-chave pode ter mais de uma idéia central, na medida em que o entrevistado pode abordar vários aspectos com relação a um mesmo tema (LEFÉVRE & LEFÈVRE, 2005: 25-26). Já as ancoragens são manifestações lingüísticas explícitas de uma dada teoria, ideologia ou crença que o autor do discurso professa para fundamentar sua fala (*Ibidem*: 17-18).

Podemos afirmar que o método do DSC é uma “artificialidade natural”, na medida em que o discurso coletivo (no nosso caso, institucional) é construído pelo pesquisador, que soma ou separa trechos de discursos de diferentes atores, retirando suas “impurezas”, classificando o sentido das expressões-chave, etc. Contudo, todas as tarefas que conferem artificialidade ao discurso coletivo são executadas a partir da fala real das pessoas, que são registradas em áudio e transcritas em sua literalidade, podendo ser sempre consultadas em caso de necessidade ou interesse.

Entre os meses de março e agosto de 2008, dedicamo-nos ao trabalho de confrontar as classificações atribuídas pelos diferentes pesquisadores a cada uma das expressões-chave escolhidas para compor esta pesquisa. Ao todo, o grupo que variou entre 15 e 20 pesquisadores (as) leu, reviu, manteve ou alterou centenas de classificações garimpadas em um universo de cerca de 75 entrevistas – um trabalho exaustivo de debate, cujo ponto de partida foram as

⁵ Recentemente, foi desenvolvido um *software* chamado *Qualiquantisoft* para armazenar os dados da pesquisa, segundo os três elementos que constituem o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O programa oferece, além da organização dos discursos em ECHs, ICs e Ancoragens, um novo elemento chamado categoria, que é o conjunto de idéias centrais que guardam semelhanças entre si. Esta peça metodológica visa agregar as concepções mais ou menos homogêneas sobre determinado tema e com isso, indicar as aproximações conceituais e políticas das diferentes instituições estudadas (LEFÈVRE *et all*, 2007).

várias conversas realizadas em subgrupos constituídos por instituições afins (partidos, sindicatos, federações, ONG's, movimentos sociais, etc.). O objetivo deste esforço coletivo foi o de alcançar uma padronização na forma de tratamento dos dados, bem como o de conhecer as possíveis semelhanças e/ou diferenças existentes entre as organizações civis em estudo.

A seguir, apresentamos os resultados obtidos à luz do referido quadro teórico, documental e metodológico, que aguardarão, sem dúvida, futuros aprofundamentos e desdobramentos.

1.2 – Inovações Democráticas: Participação Social e Pluralização da Representação

As últimas décadas do século XX foram marcadas, no Brasil, tanto por crises econômicas e políticas como também por profundas mudanças no regime econômico e na esfera político institucional. Este processo acabou por redefinir o padrão de relações vigente tanto entre Estado e Mercado como entre Estado e a chamada Sociedade Civil. A democratização da vida político-institucional e as lutas em torno dos impasses e dilemas da construção da cidadania na dinâmica societária brasileira se materializaram nas tramas pelo “reconhecimento do direito a ter direitos” (TELLES, 1994), cuja centralidade permeou o debate na arena política e acadêmica deste período.

A luta por participação política e a luta por direitos de cidadania marcou o final dos anos 70 e a década de 80 com as mobilizações e protestos pelo fim do regime ditatorial e pela redemocratização do país, que culminaram na configuração de uma sociedade civil brasileira e no surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, caracterizados por ações coletivas no âmbito societal, em que as associações e grupos buscavam se posicionar de forma autônoma em relação ao Estado.

O conceito de sociedade civil surge no Brasil no período de transição democrática, assumindo uma importância muito mais político-estratégica de defesa da sociedade contra o Estado autoritário do que uma relevância analítica com vistas a explicar a sociedade de então (COSTA, 2002). Desse modo, ao final da década de 1970, o termo foi traduzido como sinônimo de

participação e organização da sociedade brasileira contra o regime militar (GOHN, 2004). Até meados dos anos 80, o conceito ainda era muito difuso, de maneira a abarcar os diferentes protagonistas do processo de redemocratização, como organizações de base, a ala progressista da Igreja Católica, o chamado “novo sindicalismo”, partidos e políticos “democráticos” e determinados setores do empresariado. Em comum, a crença de que a democracia viria amenizar os antagonismos entre governantes e governados (COSTA, 2002: 57).

Contudo, a unanimidade em relação à importância da sociedade civil para a redemocratização do país obscureceu uma abordagem crítica do conceito. Nos anos 1990, não eram raros os estudos que a concebiam como um conjunto homogêneo de organizações civis, cujo projeto político – imediatamente identificado com os anseios democráticos – opunha-se frontalmente às pretensões da sociedade política, vinculada aos impulsos autoritários “inerentes” ao Estado (DAGNINO *et. al.*, 2006: 16).

Tomada como uma unidade indiferenciada, a sociedade civil acabou sendo reduzida a um amorpho “Terceiro Setor”, que abrigaria todo tipo de “entidades privadas para a ação pública”, obscurecendo, assim, os diferentes projetos políticos existentes no interior da mesma – muitas vezes incompatíveis entre si, dado seu caráter conservador, democrático, participativo ou neoliberal (DAGNINO *et al.*, 2006: 22). Contudo, o próprio desenrolar do processo de redemocratização política e diferenciação social atuou em favor da desconstrução desta perspectiva apologética e idealizada.

A partir de meados dos anos 80, o “bloco” social que reunia os principais protagonistas da luta contra o regime militar foi paulatinamente manifestando suas diferenças internas: os políticos eleitos com base no apoio da chamada sociedade civil começaram a sentir as dificuldades em satisfazer interesses e demandas tão diversas; os empresários considerados progressistas distanciaram-se dos antigos aliados, uma vez reconquistadas as garantias civis fundamentais; os “novos sindicalistas” ocuparam-se com questões trabalhistas (negociações salariais, segurança no trabalho, etc.), perdendo a perspectiva

universal das demandas políticas de outrora; e assim sucessivamente (COSTA, 2002).

Assim, a sociedade brasileira dos anos 90 passou por um processo de diferenciação em que seus atores organizados optaram por manter sua autonomia em relação ao Estado (a exemplo dos movimentos “minoritários”, como o negro e o feminista), ou por assumir funções próprias de agências públicas, como no caso de algumas ONGs. Mas apesar das ambivalências existentes nas relações dos diferentes atores civis com os agentes públicos, o conceito de sociedade civil no Brasil ainda pode aglutiná-los sob características comuns, como a existência de interações sociais “marcadas antes pela solidariedade que pela competição” e pelo fato dos distintos projetos políticos defendidos por esses atores serem construídos e desenvolvidos a partir de lógicas e espaços de atuação não coincidentes com os do Estado e do sistema político (COSTA, 2002: 61). Neste sentido,

... a sociedade civil compreende um contexto de ação, ao qual se vincula aquele conjunto amplo de atores que, depois do restabelecimento dos canais liberais democráticos de expressão e do fissuramento do bloco de certa maneira unitário de oposição ao regime militar, não querem ser assimilados nem às estruturas partidárias nem ao aparelho de Estado (*Ibidem*: 61).

Os movimentos sociais destes tempos tiveram o seu papel reconhecido por grande parte dos analistas, tanto pela sua contribuição na transição à democracia, quanto pelo seu papel na definição dos próprios parâmetros do novo regime político, ou seja, as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação. Como nos diz Dagnino (2002), as contestações culturais dos movimentos sociais, embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política.

Na década de 90, no contexto pós-democratização, as práticas político-culturais dos movimentos de participação societal dirigiram-se muito mais para a gestão de políticas do que para a oposição política. Este movimento marcou

práticas de inovação democrática com a criação e implementação de experiências participativas nas administrações locais, via Orçamento Participativo e, nas demais esferas, via Conselhos Gestores de Políticas Públicas, cujos atores e organizações da sociedade civil passam a se relacionar mais diretamente com o sistema político, embora tenha se caracterizado como um processo extremamente fragmentado.

Estes novos mecanismos de participação, criados principalmente a partir da Constituição de 1988, tinham como perspectiva a oxigenação do sistema político tradicional, monitorando os governos e promovendo processos de deliberação coletiva, orientados pelo pressuposto de complementaridade entre os mecanismos da democracia representativa e da democracia participativa (DOIMO, 1995, DAGNINO, 1994, ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. 2000, AVRITZER, 2006, 2008). Tais mecanismos – tanto quanto o aparecimento de novos atores sociais – foram determinantes para que o exercício da política se expandisse para outras áreas ademais das arenas tradicionais de disputas (partidos políticos, parlamentos, etc.).

Neste contexto, os grupos que compõem a sociedade civil foram construindo um campo próprio de atuação, cuja lógica o diferenciaria tanto da esfera do Estado quanto do Mercado. Este campo é chamado pela literatura de *espaço* ou *esfera pública*, cujo mérito político e normativo pode ser verificado na possibilidade dos diversos interesses se converterem, através do consenso atingido pela comunicação, em regras universais de convivência e em acordos sociais (COSTA, 2002).

É na esfera pública que os diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns. A esfera pública conforma, portanto, o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em torno das regras que devem reger a vida comum (*Ibidem*: 27).

É, portanto, neste sentido que podemos dizer que os movimentos e organizações civis passaram a desempenhar – em um cenário de crise dos

partidos de massas – funções de representação política, pelas quais atuam como canal mediador entre as demandas dos diferentes grupos sociais e o sistema político, a partir de uma esfera de gestão comunicativa da vontade e opiniões coletivas chamada de espaço público (Ibidem). Em outras palavras, é no espaço público que as ONG's, Igrejas, associações de moradores, etc. vão “recolher” as reivindicações que estão, muitas vezes, apenas em estado latente na sociedade e transformá-las em mensagens politicamente assimiláveis por partidos e Estado. Desse modo, é nesta esfera de participação política que devemos observar os novos padrões de relacionamento desenvolvidos entre sociedade civil e Estado.

Não obstante a literatura tenha destacado que a participação não é uma variável em si, uma vez que os processos participativos, desenvolvidos em contextos sócio-culturais e políticos próprios, podem se traduzir em diferentes níveis de interface entre sociedade civil e Estado, essas questões ainda não foram suficientemente investigadas, por isso vêm crescentemente despertando atenção. Nestes termos, os espaços públicos, por estarem inseridos em contextos marcados por tendências e influências diversas, podem tanto se configurar como uma interação comunicativa reflexiva e emancipadora, como também podem agir na manutenção de uma sociedade autoritária e excludente.

Mais recentemente, considerando as mudanças introduzidas pelas reformas político-institucionais, pós-democratização, que de um ponto de vista mais abrangente significou a reordenação do sistema político brasileiro, na medida em que reorganizou tanto as instituições políticas e as regras para as competições eleitorais como também o comportamento político e os padrões de interação política (AVRITZER, 2006), a agenda de investigações tem se direcionado para outros temas. No que concerne aos padrões de interação política, tendo por foco a participação social na vida pública, a agenda de pesquisa tem se desdobrado em pelo menos duas grandes vertentes.

De um lado, tem focalizado os novos desenhos institucionais produzidos como efeitos tanto da institucionalização da participação — conselhos gestores, fóruns participativos, orçamento participativo —, como das práticas inovadoras

que vem contestando e simultaneamente redefinindo as formas de interação entre Estado e Sociedade (LUBAMBO, COELHO & MELO, 2005; AVRITZER, 2008). De outro, têm se voltado para as questões relativas à ação dos cidadãos nos processos participativos, problematizando a relação entre participação e representação, protagonismo e efetividade da participação, entre outros aspectos. Nesse âmbito, um dos focos tem sido a legitimidade da representação exercida por organizações da sociedade civil, ONG's, movimentos sociais, entre outros, e o caráter do controle social ou *accountability* social gerada pela multiplicação de interfaces de contato institucionalizada entre o poder público e interesses sociais organizados e representados por essas organizações (LAVALLE & CASTELLO, 2008; LÜCHMANN, 2008; HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008).

Por outro lado, no âmbito da teoria democrática no cenário internacional, entre um grande número de autores, é consenso que a democracia representativa, tal como se consolidou no século XX, não tem sido capaz de dar conta dos sérios problemas sociais e culturais que as sociedades contemporâneas apresentam. Os críticos atribuem a ineficácia do modelo a diversos fatores, destacando-se dentre eles a crise mesma da representação, a mediação dos processos políticos eleitorais (entendido como a predominância da cultura audiovisual nas relações sociais e, particularmente, nas de poder); o *encastelamento* das elites; a apatia política dos cidadãos em geral e o concomitante declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às instituições políticas, a burocratização das estruturas partidárias e o conseqüente esvaziamento dos partidos, entre outras mazelas, o que evidenciaria as disfunções da própria natureza da democracia representativa (MIGUEL, 2003).

Nesse contexto, autores como NOGUEIRA (2004), DAGNINO, OLVERA e PANFICHI (2006); SORJ (2000, 2003), entre outros, focalizam o caso latino americano e brasileiro mostrando o caráter complexo e multifacetado dessas sociedades e os traços mais evidentes dessas crises. Mostra o caráter fragmentado, cortado por interesses que não se compõem com facilidade, como no Brasil, onde a mudança depende de operações que requerem o pleno

emprego do recurso democrático ao diálogo e à negociação. Em todos estes contextos, o Estado está sendo redesenhado, enquanto que a sociedade civil está passando por um processo de reconfiguração.

Todavia, esse novo cenário aponta para questões particularmente relevantes no estudo das democracias contemporâneas. Entre elas se coloca o problema da legitimidade democrática. Há necessidade de estudos que investiguem as diferenças existentes entre a legitimidade democrática proporcionada pelas condições legais e os procedimentos da política eleitoral e parlamentar e os "modos de proceder" mais amplos de uma esfera pública democrática da qual participa uma complexa rede de associações. Ou seja, nesse âmbito da pluralização da representação política é necessário indagar sobre suas lógicas de funcionamento, constituição e relações estabelecidas com os eventuais beneficiários, em nome dos quais falam e exercem a representação (ARATO, 1994).

São estas as principais inquietações teórico-conceituais que motivaram nossa determinação em principiar o estudo sobre a sociedade civil capixaba, considerando suas articulações internas e com os agentes públicos locais. Contudo, para que isto seja possível, é necessário um trabalho mais primário, de natureza antes descritiva que analítica, que possa dar conta do perfil de um conjunto determinado e heterogêneo de instituições civis, a fim de conhecermos seus principais interesses (objetivos), estratégias e princípios éticos e políticos, bem como as redes sócio-políticas nas quais poderiam estar ou estão efetivamente inseridas.